

Homossexualidades¹, Repressão e Resistência durante a Ditadura

James N. Green²

Renan Quinalha³

1. Antecedentes da perseguição a pessoas LGBT

Como enfatizou o capítulo “Ditadura e Homossexualidades” constante do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, “a discriminação contra pessoas LGBT não surgiu durante a ditadura; suas origens remontam a períodos muito anteriores da história brasileira”.⁴ Neste sentido, qualquer análise sobre como os gays, as lésbicas e as travestis enfrentaram a homofobia e a transfobia no Estado do Rio de Janeiro durante o regime militar e como o estado de exceção afetava as suas vidas deve começar com a compreensão de dois elementos principais: (i) as formas de sociabilidade LGBT que tensionavam com as normas hegemônicas de comportamentos sexuais antes e durante a ditadura e (ii) os mecanismos ideológicos e físicos do Estado, da igreja e da mídia, que promoveram a repressão das sexualidades e das manifestações de gênero que não corresponderam às noções heteronormativas.

A repressão à homossexualidade tem uma longa história no Rio de Janeiro. Embora as leis coloniais brasileiras considerassem sodomia um pecado, que podia ser punido pelas chamas da fogueira, o Código Penal Imperial de 1830 eliminou todas as referências à sodomia.⁵ Entretanto, leis dos séculos XIX e XX restringiram o comportamento homossexual. Adultos engajados em atos sexuais com outros adultos num local público poderiam ser indiciados por “ofender os bons costumes, com exhibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar publico ou frequentado pelo publico, e que, sem ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a

¹ A opção pelo uso da palavra “homossexualidades” no plural e não pela sigla mais contemporânea LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) justifica-se porque, à época retratada, o termo “homossexualidades” era o mais utilizado para referir-se tanto a orientações sexuais quanto identidades de gênero dissidentes. Por essa razão, consideramos que seria anacrônico, ainda que mais correto do ponto de vista acadêmico e político, utilizar uma sigla não aplicável àquela época.

² Professor de história do Brasil na Brown University.

³ Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo, membro da diretoria do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (Idejust) e assessor da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva".

⁴ GREEN, James N. Green e QUINALHA, Renan. “Ditadura e homossexualidades,” capítulo VII, parte II, *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade* (Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014), p. 300.

⁵ PIERANGELLI, José Henrique. (Ed.) *Códigos penais do Brasil: evolução histórica*. Barru, Jalovi, 1980, p. 26.

sociedade.”⁶ Essa previsão, revisada de um código penal anterior, criou bases legais para controlar qualquer manifestação pública de comportamento homo-erótico ou homosocial. Com critérios abrangentes, a polícia e os juízes podiam punir ações “inapropriadas” ou “indecentes” que não se conformassem com construções heterocêntricas. Outra medida para regular manifestações públicas de homossexualidade era a de acusar pessoas de vadiagem. A polícia podia prender qualquer pessoa que não tivesse como provar sua subsistência ou domicílio certo, ou “prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes.”⁷

Essas duas medidas legais deram à polícia o poder de encarcerar arbitrariamente os homossexuais masculinos que expressassem publicamente sua feminilidade, usassem roupas ou maquiagem feminina, ganhassem a vida através de prostituição, ou que usassem um cantinho escuro de uma praça pública para um encontro sexual noturno.

As mulheres que se vestiam com roupa masculina ou que tiveram um comportamento mais viril no público também sofreram controle social dos agentes do Estado. Códigos criminais com noções de moral e decência pública vagamente definidas, e provisões que controlavam estritamente a vadiagem, forneceram uma rede jurídica pronta para capturar aqueles que transgredissem as normas sexuais construídas socialmente. Embora a homossexualidade em si não fosse tecnicamente ilegal, a polícia brasileira e os tribunais dispunham de múltiplos mecanismos para conter e controlar este comportamento.

2. Sociabilidade LGBT no Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro, a capital federal e a maior cidade do país até os anos 50 do século passado, possuía espaços urbanos que favoreciam certa sociabilidade para comportamentos não normativos. Por exemplo, logo depois da inauguração da estátua de Dom Pedro I no centro da cidade em 1862 o parque que acercava o monumento equestre funcionava como lugar de encontros entre “frescos”. O cronista carioca Luiz Edmundo lembra uma cena típica de 1901: “Depois de oito horas da noite, moços de ares feminis, que falam em falsete, mordem lencinhos de cambraia, e põem olhos acarneirados na figura varonil e guapa do Senhor D. Pedro I, em estátua”.⁸ Francisco José Viveiros de Castro, professor de criminologia na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e desembargador da Corte de

⁶ Id., ib., p. 301.

⁷ Id., ib., p. 316.

⁸ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938), v.1, p.151-2.

Apelação do Distrito Federal, escreveu sobre os “frescos” do Rio de Janeiro, referindo-se aos homens que, em 1880, nos últimos anos do Império, invadiram o baile de máscaras do carnaval no Teatro São Pedro, no Largo do Rossio, hoje em dia a Praça Tiradentes.⁹

Na virada para o século XX, a expansão das folias de Carnaval oferecia cada vez mais possibilidades para homens e mulheres de brincar com as apresentações distintas de gênero e sexualidade dentro das multidões nas ruas no centro da cidade, aproveitando a permissividade da festa para fazer qualquer “loucura” não permitida durante o resto do ano. Já nos anos 50, os bailes das “bonecas” e dos “enxutos” tornaram-se espaços privilegiados para pular Carnaval com pessoas que mantiveram relações sexuais com outros do mesmo sexo. Estes bailes também serviam como palcos protegidos para homens que se travestiam de mulheres e romperam as divisões rígidas entre o masculino e feminino que arregimentavam a sociedade brasileira.¹⁰

É importante notar que as reportagens sobre Carnaval nas revistas nacionais como *O Cruzeiro* e *Manchete*, mencionavam as personagens efeminadas que gozavam as liberdades de comportamento durante as folias no Rio de Janeiro, descrevendo as figuras fantasiadas com tons moralizantes e pejorativos. Ironicamente, estes artigos com fotos supostamente chocantes serviam como meios de transmissões alternativos em todo o país com resultados não cogitados pelos jornalistas e editores que produziram estes materiais. Para alguns jovens que leram estas revistas com atenção, o retrato deste mundo “estranho” lhes oferecia as possibilidades de encontrar uma vida mais livre na capital federal. Para quem sofria preconceitos, seja nas cidades do interior ou nas capitais dos outros estados, o sonho era de conseguir meios para fugir para o Rio de Janeiro. A intenção destes artigos foi de chocar as sensibilidades das classes médias católicas e conservadoras, mas as reportagens também serviam para outros como uma grande propaganda, aliciando-os para as possibilidades de uma vida mais feliz na capital federal.¹¹

O Rio de Janeiro continuava sendo uma cidade importante política e culturalmente, mesmo depois da inauguração de Brasília em 1960, mantendo-se como um polo de atração para quem buscava as oportunidades oferecidas por uma metrópole dinâmica e diversa. Para uma pessoa jovem que sentia desejos por outra pessoa do mesmo sexo ou que não se

⁹ VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José, *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*, 3a. edição (Rio de Janeiro: Livraria Editora Feitas Bastos, 1934), p.222.

¹⁰ GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade no Brasil do século XX* (São Paulo: Editora da UNESP, 2000), especialmente capítulo 5, “A apropriação homossexual de Carnaval.”

¹¹ FERNANDES, Hélio, “Roteiro noturno (de Copacabana) para turistas desprevenidos”, *Manchete*, n.24, 4 out. 1952, p.30.

adaptava aos padrões de gênero associados ao seu corpo, a “Cidade Maravilhosa” servia com um grande refúgio. Era uma destinação para pessoas expulsas das suas casas em Aracaju, Porto Alegre, Curitiba ou Campos quando os pais descobriram a sua orientação sexual ou não concordaram com a sua apresentação de gênero. A metrópole do anonimato oferecia um abrigo para pessoas que sofreram as fofocas dos vizinhos, as piadas dos seus colegas ou o afastamento dos seus parentes por serem “diferentes”. Em 1960, o Rio de Janeiro representava um espaço longe do controle familiar, onde era possível viver relativamente livre da desaprovação social entre desconhecidos numa cidade com 4 milhões de habitantes.¹²

Diversos eram os pontos que marcavam uma topografia na cidade de territórios de sociabilidade LGBT em diferentes momentos e que se tornaram também, após a ditadura, palco de perseguições: a Rua do Passeio, a Avenida Nossa Senhora de Copacabana, o Edifício Avenida Central, a Praia do Flamengo e a Praia de Copacabana – Bolsa de Valores¹³. Além disso, diversos núcleos homossexuais foram formados nos anos 50 e 60, com interação entre si, na zona sul (Clube Sírio-Libanês, Clube Internacional) e nas regiões do centro e do subúrbio (Colégio, Irajá, São Cristóvão, Praça Mauá, Praça Onze).

Com efeito, nesse período, pequenos grupos de jovens gays se juntaram em redes sociais de amigos para organizar festas nos seus apartamentos em Copacabana (um bairro com uma concentração significativa de gays e lésbicas), para frequentar a “Bolsa de Valores” com outros “entendidos”¹⁴ na praia em frente ao Copacabana Palace Hotel ou para assistir a um show de travestis na Praça Tiradentes. A vida pública para as mulheres sempre foi muito mais constrangida, mas mesmo assim, grupos de amigas conseguiram forjar formas de sociabilidades e identidades lésbicas, que resistiram às marginalizações, às pressões de casamento e à insistência de uma vida “normal”. A proliferação de espaços de sociabilidade entre gays ou lésbicas nos anos 60 coincidiu com a polarização política no país e o golpe de 1964.

3. Uma ditadura em defesa da “moral e dos bons costumes”

Os alvos principais dos generais que tomaram o poder em 1964 em aliança com empresários e políticos reacionários, setores das classes médias e a igreja católica

¹² GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade no Brasil do século XX* (São Paulo: Editora da UNESP, 2000), especialmente capítulo 4 “Novas palavras, novos espaços, novas identidades, 1945-1968.”

¹³ “Bolsa de Valores” era a expressão que os gays usavam para referir-se ao pedaço da praia em frente ao hotel Copacabana Palace.

¹⁴ A palavra “entendido” é uma expressão usada desde os anos 40 entre gays e lésbicas.

conservadora foram no primeiro momento o Partido Comunista, setores rebeldes nas bases das forças armadas, sindicalistas intransigentes e nacionalistas radicais. Se gays ou lésbicas foram presos e maltratados no Rio de Janeiro em 1964, não foi por serem homossexuais, senão por suas afiliações ou atuações políticas. A preocupação dos generais e os seus aliados civis, neste momento inicial da ditadura, foi de apresentar o golpe como uma medida para restaurar a democracia. Estavam particularmente interessados em sustentar a sua legitimidade entre as classes médias e o governo norte-americano, que apoiou o golpe de 1964. Por isso, implementaram uma política de repressão dirigida aos setores mais visíveis da oposição à ditadura militar. Porém os discursos católicos e anti-comunistas que justificavam o novo regime autoritário se baseavam em ideias sobre a convergência entre marxismo, imoralidade e homossexualidade, apesar do fato que o Partido Comunista e outros grupos da esquerda mantiveram naquela época conceitos conservadores sobre a homossexualidade como um “comportamento burguês” e defenderam o argumento do que uma revolução socialista acabaria com este “desvio sexual.” Para a direita, a homossexualidade ameaçava a segurança, a família católica e a moralidade.¹⁵ Para as esquerdas, as pessoas que mantinham relações sexuais e afetivas com outras pessoas do mesmo sexo ou que tinham comportamentos de gênero que não correspondiam com os padrões sociais associadas com o seu sexo biológico representavam a decadência do capitalismo.¹⁶

As mesmas forças policiais e militares que a ditadura militar empregou no Rio de Janeiro para reprimir os seus opositores no movimento estudantil, os sindicalistas influenciados pelas esquerdas e as organizações marxistas continuavam, após o golpe de 1964, a patrulha da cidade do Rio de Janeiro para conservar a “moral e os bons costumes” nas praças públicas e nas ruas no centro da cidade. As pessoas que frequentavam a Cinelândia, que desde os anos 30 era um espaço importante de sociabilidade de gays e lésbicas, enfrentavam um policiamento constante. Homens que usaram um pouco de maquiagem, calças apertadas, roupa masculina com cortes femininos ou cabelo comprido e penteado de uma forma feminil sofreram agressões e prisões arbitrárias.¹⁷ Ainda não existe um estudo que documente com precisão o número de pessoas que foram detidas arbitrariamente, extorquidos

¹⁵ Benjamin Cowan, “Homossexualidade ideologia e ‘subversão’ no regime militar” em James N. Green e Renan Quinalha (orgs.), *Ditadura e homossexualidades; repressão resistência e a busca da verdade*, (São Carlos; Editora da UFSCar, 2014), 27-52.

¹⁶ GREEN, James N. “Quem é o macho que quer me matar?”: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970, *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* (Brasília/Ministry of Justice), no. 8 (July/December 2012). Brasília: Ministério da Justiça, 58-93.

¹⁷ Veja, por exemplo, “Ontem, no distrito da Gávea: quatorze presos rebentaram a grade e tentaram fugir”, *Última Hora*, 9 fev. 1953, p.5.

para serem liberados ou passaram vários dias na prisão sofrendo maus tratos e marginalização, mas vários presos políticos relataram como estes homens efeminados foram obrigados a limpar os prédios e servir comida nos espaços prisionais, tarefas tradicionalmente associadas ao feminino segundo o patriarcalismo vigente.¹⁸ A documentação existente e as histórias orais de pessoas que viviam este período relatam um tratamento muito agressivo contra homens efeminados e mulheres com comportamento muito masculino que visitavam o centro da cidade e foram arrastados pela polícia em campanhas para “limpar” o espaço urbano.

Mesmo com as ideias conservadoras que circulavam entre a sociedade brasileira e que foram catalisadas e amplificadas pela ditadura, a crescente concentração de gays, lésbicas e travestis no Rio de Janeiro com suas formas de sociabilidade, a expansão econômica a partir de 1967 e várias transformações culturais criaram novas maneiras de entender sexualidade, comportamento e gênero, especialmente entre os jovens. As influências do movimento Tropicália, que rompia padrões tradicionais de comportamento masculino e feminino e as referências de movimentos internacionais da juventude introduziram novas maneiras de pensar o corpo e a sexualidade.¹⁹ Este processo correu paralelamente às contestações contra a ditadura em 1967 e 1968: os protestos contra a censura, as críticas crescentes sobre a falta de liberdades democráticas e um sentimento generalizado contra o controle social do regime militar. Sendo um pólo cultural importante, artistas e intelectuais do Rio de Janeiro canalizavam estas novas ideias, que floresceram, especialmente nos anos setenta, em vários experimentos literários alternativos (além do jornal *Pasquim*, com as suas contradições sobre o tratamento de homossexualidade)²⁰ e no trabalho dos Dzi Croquettes, que revolucionaram o que foi permitido no palco e criaram novas maneiras de entender o relacionamento entre o masculino e o feminino com suas ambiguidades sobre gênero e as suas afirmações da homossexualidade e da travestilidade.²¹

No período da efervescência cultural antes do Ato Institucional n. 5 (AI-5), surgiram manifestações de certa politização entre alguns gays e lésbicas que apontavam a possibilidade da formação de um movimento político. Um exemplo é o jornalzinho mimeografado com o

¹⁸ GABEIRA, Fernando. *O Crepúsculo do Macho*. 3ª. Rio de Janeiro: CODECRI, 1980.

¹⁹ DUNN, Christopher. *Brutality Garden: Tropicália and the Emergence of a Brazilian Counterculture*. (Chapel Hill: University of North Carolina, 2001).

²⁰ James N. Green, “Madame Satan, the Black ‘Queen’ of Brazilian Bohemia.” In *The Human Tradition in Modern Brazil*, ed. Peter M. Beattie, 267-86. Wilmington, Del.: Scholarly Publications, 2004.

²¹ Dzi Croquettes. Direção de Tatiana Issa e Rafael Alvarez. Produção de Tria Produções e Canal Brasil, 2009. 110 mn,son., color. Rosemary Lobert, *A palavra mágica: a vida cotidiana do Dzi Croquettes* (Campinas: Editora da UNICAMP, 2010).

título *O Snob*, um boletim informal de amigos que publicava fofoca e notícias sobre uma rede de homossexuais, a maioria vindos do Nordeste ou do interior do Rio de Janeiro, que chegaram na “cidade dourada” nos anos 60. O grupo publicou 100 números do *Snob* entre 1963 e 1969, e distribuiu o boletim na Cinelândia e em Copacabana, os lugares de maior circulação de gays e lésbicas no Rio de Janeiro. Logo depois do AI-5, pararam de editar o jornalzinho por causa de um incidente com a polícia na Cinelândia e da preocupação em ser confundido com publicações “subversivas” das esquerdas clandestinas. Segundo Agildo Guimarães, o editor d’*O Snob*, o acirramento da violência estatal também os atingira: passaram a ser interpelados (“agarrados”, segundo Agildo) quando distribuía seus jornais e boletins, pois os agentes da repressão julgavam que fossem panfletos da resistência ao regime. Receoso, Agildo decidiu suspender a publicação.²²

De qualquer forma houve uma ligação entre esta sociabilidade homossexual e os movimentos contra a ditadura militar. Agildo Guimarães, por exemplo, participou na Passeata de 100.000 em 1968. O jornalzinho publicou um artigo de sua autoria, intitulado “Protesto”, no seu último número em 1969, sobre uma cena imaginária quando um grupo de gays e travestis resolveram protestar contra a repressão policial. A criação deste evento fictício sinalizava a existência de ideias embrionárias sobre a possibilidade de uma organização política de gays, lésbicas e travestis. Infelizmente, esses sentimentos foram abortados com a onda de repressão após o dia 13 de dezembro de 1968.²³

O receio, assim, não era infundado. Como lembra Rita Colaço, esse clima de medo termina por também levar à interrupção das atividades da Associação Brasileira da Imprensa Gay (Abig), criada em 1969 no Rio de Janeiro, por iniciativa de Anuar Farah junto com integrantes de outros jornais, cujo objetivo era unir todos os veículos de comunicação e as turmas respectivas²⁴.

As mudanças culturais no Rio de Janeiro nos anos 70, que acompanhavam o “Milagre Econômico” junto com as manifestações da contracultura no Brasil, se deram paralelamente à expansão do número de boates, bares e discotecas no Rio de Janeiro, dirigidos principalmente para um público de gays e lésbicas das classes médias e para os turistas estrangeiros. Os bailes de Carnaval e as folias nas ruas do Rio continuavam como momentos

²² COLAÇO, Rita. “De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura (1972 a 1983)”, em James N. Green e Renan Quinalha (orgs.), *Ditadura e homossexualidades; repressão resistência e a busca da verdade*, (São Carlos; Editora da UFSCar, 2014), 207.

²³ *O Snob*, v.7, n.1, 31 mar. 1969, p.2.

²⁴ COLAÇO, Rita. “De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura (1972 a 1983)”, em James N. Green e Renan Quinalha (orgs.), *Ditadura e homossexualidades; repressão resistência e a busca da verdade*, (São Carlos; Editora da UFSCar, 2014), 207.

privilegiados de expressão dos comportamentos socialmente reprimidos durante o resto do ano. Enquanto a Banda de Ipanema servia como um grito de liberdade durante o Carnaval para a juventude que simpatizava com as esquerdas, esta coletividade pública permitida pelo regime militar também funcionava como um espaço libertário para gays e lésbicas. Da mesma forma, um pedaço da praia em Ipanema passou a ser um importante espaço de homosociabilidade, substituindo a “Bolsa de Valores” em Copacabana. Os lugares semi-públicos, como bares, bailes, boates e discotecas, e as localidades públicas onde “entendidos” congregavam aumentaram a visibilidade de gays e lésbicas. Também ajudaram a forjar uma afirmação de uma identidade e uma sexualidade não normativas.

Porém, correntes expressivas dentro das Forças Armadas insistiram na preservação da moralidade católica e os “bons costumes”. Em 26 de janeiro de 1970, o governo militar publicou um Decreto-Lei estabelecendo a censura prévia da imprensa. O artigo primeiro do decreto estabelecia claramente as novas diretrizes: “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação”.²⁵ Além da censura de peças, letras de músicas e outras expressões culturais que afirmaram a homossexualidade, representantes do governo militar tomaram medidas para tentar eliminar a visibilidade da homossexualidade mesmo dentro do Carnaval. Em 1971, como resultado da política do novo governo que proibia explicitamente a participação de travestis nos eventos carnavalescos, os organizadores das festas barravam muitos deles nas portas dos bailes. Ao explicar o banimento de travestis e de seus bailes, Edgar Façanha, diretor da Divisão de Censura e Entretenimento Público, deixou clara a posição do governo: “Os homossexuais não podem ser proibidos de entrar nos bailes públicos, desde que se comportem convenientemente”. Ele admitia que as novas restrições sobre as festividades carnavalescas eram na verdade destinadas a acabar com os bailes de travestis: “O propósito policial é apenas o de não permitir os bailes exclusivos para travestis, seja qual for o nome desses bailes ou o local para a sua realização”.²⁶

Também foram cancelados os luxuosos concursos de fantasias masculinas que tinham lugar no Teatro Municipal. Essa proibição estava diretamente ligada à restrição de outras manifestações públicas “impróprias” de homossexualidade. Uma jornalista enviou um telex à revista *Veja* explicando a situação:

²⁵ Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970.

²⁶ “Travesti bem comportado poderá entrar nos bailes”, *Comércio Mercantil*, 27 out. 1971, p.3.

A proibição do desfile de fantasias masculinas no Baile do Teatro Municipal está estritamente ligada à mesma política que afastou os homossexuais da televisão. É uma medida de pressão que vem de altas esferas governamentais. Esse é um fato facilmente apurável, com que todos concordam, mas que nenhuma autoridade tem a coragem de assumir. Ninguém, evidentemente, diz que cedeu à pressão.²⁷

Supostamente, ao filmar os concorrentes que eram tidos de forma incontestada como enxutos, a cobertura de TV do evento estaria promovendo a homossexualidade. Muitos meses depois o governo voltou atrás em sua decisão de proibir os bailes de travestis, mas não recuou em sua resolução de cancelar o luxuoso concurso de fantasias patrocinado pelo governo no Teatro Municipal.²⁸ O diretor da Divisão de Censura e Entretenimento deixou claro que o recuo da posição do governo em relação aos bailes de travestis era para impedi-los de se espalharem pelos demais clubes carnavalescos da cidade, dificultando seu controle por parte das autoridades.²⁹ Tais proibições contribuíram para a ida de travestis ao exterior, pois tinham dificuldade em ganhar a vida no Brasil com a proibição de estarem em espaços de espetáculos, segundo depoimento da atriz e travesti Claudia Celeste.³⁰

Notícias sobre o movimento internacional de gays e lésbicas foram censuradas. *O Globo* e o *Jornal do Brasil* divulgaram pouca informação sobre as novas formas politizadas de pensar o sexo, o gênero e o corpo. As reportagens que saíram na grande imprensa em geral reproduziram estereótipos sobre lésbicas, gays e travestis, que reforçavam as atitudes negativas promovidas ao longo dos anos pelos discursos médico-legais, a igreja católica e intelectuais conservadores.

Um informe compartilhado entre a DCDP, o Ministério da Justiça e a Polícia Federal acusava um correspondente da *Associated Press* no Brasil, chamado Stan Lehman, de promover o turismo gay no Rio de Janeiro, supostamente a mando do Movimento Comunista Internacional (MCI). Este jornalista havia afirmado que o Rio era uma “capital gay em formação, o que causou um aumento da curiosidade e do “fluxo turístico gay rumo aos insuspeitados prazeres tropicais”. De acordo com a perspectiva do regime, “não bastasse a campanha de difamação que o Brasil sofre no Exterior por ação do MCI (...) dentro do próprio país, um estrangeiro, diretor de Agência de Notícias estrangeiras faz declarações

²⁷ Maria Helena, telex à revista *Veja*, 17 ago. 1972. Arquivos da Editora Abril.

²⁸ BAPTISTA, Tarlis e SEQUERRA, Thea. “Carnaval: os cassados da passarela”, *Manchete*, n.1.089, 3 mar. 1973, p. 24-6.

²⁹ “Façanha quer volta dos ‘Enxutos’”, *Jornal do Brasil*, 23 out. 1972, p. 13.

³⁰ CELESTE, Claudia. “Diva que incomoda” em Revista Geni. <http://revistageni.org/06/diva-que-incomoda-claudia-celeste/>. Acesso em 17 de setembro de 2015.

desairosas ao valor moral do país e ainda prevê reportagens difamatórias sobre o assunto sem qualquer ônus de responsabilidade”³¹. Incomodava, portanto, a publicidade que poderia ter o efeito de atrair mais homossexuais ao Rio de Janeiro e ao país.

Além da vigilância da censura, vale também destacar a intensificação da violência policial com batidas constantes em pontos de sociabilidade LGBT como, por exemplo, sob comando do delegado Deraldo Padilha, figura bem retratada em um artigo publicado no jornal *Lampião da Esquina*³².

Outro aspecto importante da repressão a pessoas LGBT é a colaboração estreita do Ministério Público e do sistema de justiça com os aparatos de controle. Caso exemplar é o de Antônio Chrysóstomo, jornalista que integrava o conselho editorial do *Lampião* e que conseguiu, em 1979, a guarda provisória de uma menor de idade que vivia na rua junto de sua mãe perto da redação do jornal. Diante de uma denúncia, posteriormente retirada, de prática de maus tratos e abuso sexual feita por uma vizinha, o promotor de justiça, ex-agente do DOPS, manifestou uma visão claramente preconceituosa que associava homossexualidade à pedofilia, empenhando-se pessoalmente na condenação. Conseguiu a prisão preventiva de Chrysóstomo por 180 dias, até que este foi condenado. Em segunda instância, após dois anos preso, acabou absolvido por ausência de provas, mas sua vida já estava destruída após tamanho constrangimento, falecendo poucos meses depois³³.

4. O nascente movimento homossexual na luta pela redemocratização

De qualquer maneira, indivíduos receberam informação sobre o mundo afora e se interessaram nas ideias do incipiente movimento LGBT na Europa, nos Estados Unidos e na Argentina, ainda antes do golpe de 1976. A abertura política prometida pelo Presidente General Ernesto Geisel incentivou algumas pessoas a arriscar a tentativa de formar organizações políticas de gays e lésbicas. Um primeiro esforço foi em 1976, quando um ativista distribuiu convites em alguns pontos de encontro de homossexuais e para a imprensa, anunciando o encontro social da União do Homossexual Brasileiro, que iria ocorrer no 4 de julho nos jardins do Museu de Arte Moderna, claramente relacionado ao calendário

³¹ Arquivo Nacional, SNI: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1135.

³² MOREIRA, Antônio Carlos. “Deraldo Padilha: Perfil de um Delegado Exibicionista”, *Lampião da Esquina*, n. 26 julho de 1980, p. 19.

³³ Uma análise detalhada deste caso pode ser encontrada em COLAÇO, Rita. “De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura (1972 a 1983)”, em James N. Green e Renan Quinalha (orgs.), *Ditadura e homossexualidades; repressão resistência e a busca da verdade*,” (São Carlos; Editora da UFSCar, 2014), pp. 231 – 239.

internacional da parada LGBT realizado no final de junho em New York. Parte do folheto dizia:

Dia do Homossexual. Na ocasião, além de nos confraternizarmos, teremos oportunidade de conhecer o perfil da luta em que nos empenhamos pelos direitos do homossexual brasileiro e por uma vida digna e respeitada. Vá e leve o seu caso. Se for poeta, leve a sua poesia. Se for músico (compositor) leve os seus trabalhos. Se for simpatizante, leve o seu sorriso e o seu abraço para um amigo desacompanhado. Viva a União do Homossexual Brasileiro. Por melhores oportunidades e igualdade de condições. Viva 4 de julho! Alegria. Amor. Respeito.³⁴

O convite usava uma linguagem que lembrava o movimento estudantil, que deixara a clandestinidade no ano anterior, mas os *slogans* traziam um teor menor de confrontação. O tom do folheto veiculava tanto uma precaução como um desejo de criar um movimento com base na igualdade e no respeito mútuo. No dia 4 de julho, enquanto os repórteres afluíam para cobrir o evento, oito camburões e setenta homens do Departamento Geral de Investigação Especial cercaram o museu.³⁵ Os indivíduos que pudessem estar se aproximando da área a fim de participar do encontro certamente foram intimidados pela exibição da força policial. O encontro não ocorreu e o esforço de mobilizar os homossexuais do Rio de Janeiro fracassou. A reação oficial à tentativa de organizar um grupo ativista gay indicava que o governo ainda via qualquer evento público político ou semipolítico como potencialmente subversivo. Embora os homossexuais pudessem se reunir, ainda que sob o olhar da vigilância, em discotecas nos sábados à noite, o agrupamento num espaço público para reivindicar objetivos políticos, como igualdade, dignidade e respeito, constituía um desafio ao regime. Nos primeiros dias da liberalização política, atividades democráticas desse tipo ainda eram solapadas antes mesmo que tivessem qualquer chance de sucesso.

Um ano mais tarde a atmosfera política havia melhorado significativamente. No fim de 1977, Winston Leyland, editor da *Gay Sunshine Press*, de São Francisco, veio ao Brasil para coletar material a fim de publicar uma antologia de literatura gay latino-americana. João Antônio Mascarenhas, seu anfitrião no Rio, aproveitou a visita de Leyland para organizar uma série de entrevistas com a imprensa, nas quais ele falaria sobre o movimento internacional pelos direitos gays. A cobertura da imprensa foi ampla e extremamente

³⁴ “A jaula da bicha está aberta”, *Bagaço*, 1976.

³⁵ “Polícia acaba com Dia do Homossexual”, *Última Hora*, 5 jul. 1976, p. 6.

simpática. A visita de Leyland catalisou o grupo de intelectuais que se encontrou com ele. Eles decidiram formar uma cooperativa editorial e publicar um jornal para homossexuais que seria um veículo para a discussão sobre sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia e machismo. O editorial do primeiro número do *Lampião da Esquina*, intitulado “Saindo do gueto”, dizia:

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional em ano eleitoral, a imprensa noticia promessa de Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma ‘abertura’ de discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê?³⁶

Os editores em seguida defendiam a necessidade de romper com o isolamento do gueto restrito no qual os homossexuais brasileiros circulavam, bem como de derrubar os estereótipos sociais associados à homossexualidade. Aguinaldo Silva, o principal líder dessa empreitada, explicava o plano para o novo jornal como uma reação aos difíceis problemas enfrentados pelos homossexuais:

Mas há, ao mesmo tempo, uma maioria de homossexuais que procura, navegando através da repressão, levar uma vida não ‘anormal’, que não se pode levar uma vida normal numa sociedade semiapodrecida como a nossa. Mas, pelo menos, tentando viver exatamente, como as outras pessoas — quer dizer, ‘batalhando’ pura e simplesmente pelo dia a dia.³⁷

A publicação de *Lampião da Esquina* marca a consolidação de um movimento político no Brasil. Inspirados nos outros setores que se mobilizaram contra a ditadura - os estudantes, os operários, as mulheres e os negros - o jornal mensal serviu como catalisador para a formação de grupos politizados que começaram um processo lento de articulação de várias reivindicações contra a marginalização e discriminação das pessoas LGBT no Brasil. A formação em maio de 1978 do grupo Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, que depois adotaria o nome “Somos: Grupo de Afirmação Homossexual”, inspiraria a fundação do Grupo Somos no Rio de Janeiro e logo depois o grupo Auê, duas agrupações pioneiras no esforço de articular uma visão política para combater ideias e práticas discriminatórias contra as pessoas LGBT. As primeiras atividades das novas organizações

³⁶ “Saindo do Gueto”, *Lampião da Esquina*, n.0, abr. 1978, p.2.

³⁷ *Ibidem*, p. 2.

combinavam um processo interno de afirmação a homossexualidade e campanhas contra imagens negativas na imprensa.³⁸

Para quem argumenta que não houve uma política de Estado contra a homossexualidade durante a ditadura, basta examinar as tentativas do regime militar em fechar o jornal *Lampião da Esquina*, que logo após o primeiro número atingiu uma circulação nacional de 10.000 exemplares e foi vendido em bancas de jornais nas principais capitais do país. No meio do processo da abertura, o governo iniciou uma tentativa de fechar os jornais “alternativos”, que canalizavam diferentes dimensões da oposição à ditadura. Os editores destes jornais enfrentaram censura prévia, a proibição de números específicos, cortes em acesso ao papel para rodar o jornal, ou no caso de *Lampião da Esquina*, uma tentativa de enquadrar os editores na lei da imprensa por “atentados aos bons costumes”. Utilizando este item da lei para intimidar os editores, eles foram chamados para depor, fichados e ameaçados com vários anos de prisão por ter publicado um jornal cuja temática principal era a defesa da homossexualidade com um público-alvo de pessoas LGBT. Apesar de arquivada pelo juiz da Vara Federal da Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro posteriormente, esta denúncia é sintomática como ameaça de silenciamento dirigida contra o principal veículo de circulação mais ampla do movimento homossexual brasileiro da época.

Do ponto de vista da ditadura, assim, ficou evidente que as homossexualidades se encaixavam nas suas noções das práticas “subversivas” contra o regime militar, além de atentarem contra a moral estrita que orientava as políticas públicas e afrontarem as motivações ideológicas do oficialato que estava no comando. Felizmente, os movimentos sociais, especialmente o movimento sindical, acumularam forças para expandir e avançar o processo de distensão, dificultando a implementação de várias medidas autoritárias e arbitrárias dos militares em silenciar setores sociais em movimento.

É importante lembrar uma pessoa importante nas campanhas para os plenos direitos das pessoas LGBT no crepúsculo da ditadura nos anos 80 e nos primeiros momentos na consolidação da democracia. Herbert Eustáquio de Carvalho, conhecido como Herbert Daniel, militava na esquerda clandestina durante os anos 60, admitindo que o preço para poder entrar na esquerda foi reprimir a sua homossexualidade. Líder nacional da Vanguarda Popular Revolucionária, que sequestrou os embaixadores alemão e suíço para exigir a libertação de 110 presos políticos, ele elaborou uma crítica da homofobia das esquerdas no exílio e voltou ao Brasil em 1981 com um projeto político audaz e avançado, que incluía a

³⁸ GREEN, James N. “Mais Amor e Mais Tesão”: A Construção de um Movimento Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis,” *Cadernos Pagu* 15 (2000): 271-96.

luta pela igualdade de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Candidato a deputado estadual pelo PT/PV em 1986, sua campanha eleitoral produzia propaganda inovadora e abrangente que apontava a necessidade de relacionar a luta contra a opressão, exploração e discriminação de homossexuais, mulheres e negros com uma consciência ecológica e o apoio ao desenvolvimento sustentável, temas que a esquerda brasileira raramente sabia integrar nos seus discursos políticos. A partir de 1987, quando ele começou a trabalhar com a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, logo depois em 1989, como fundador da organização PelaVida, ele promovia a ideia de que a solidariedade era a melhor cura para AIDS. Na época, para alguns, parecia algo abstrato quando ainda não existia tratamentos eficazes. Entretanto, esta ideia capturava a essência das campanhas para defender as pessoas vivendo com HIV/AIDS e a luta contra a discriminação.³⁹

O fim da ditadura nos anos 80 trouxe outros desafios para as pessoas que se mobilizaram pela democracia, mas fica evidente que a repressão política e policial que reinavam nos piores anos do regime militar ocorreram justamente no período em que surgiu um movimento internacional a favor das pessoas LGBT. O regime repressivo atrasou o florescimento de um movimento organizado no Brasil, que só poderia consolidar-se amplamente nos anos 90 quando um regime democrático criava as condições para uma expansão nacional do movimento LGBT e o seu engajamento em diversos processos para expandir a cidadania no país.

³⁹ GREEN, James N., “Herbert Daniel: Política, homossexualidades e masculinidades no Brasil nas últimas décadas do século XX”. Em *Masculinidades: teoria, crítica e artes*, eds. José Gatti and Fernando Pentead, 131-149. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.